

Jorge Luiz Alves Natal

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O número 16, fascículo 1, 2012 da Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão é dedicado ao exame de um tema clássico da literatura: o desenvolvimento nacional brasileiro, a saber: *a questão regional*. Assim sendo, o número se mostra ímpar. Ímpar porque é raro (melhor, raríssimo mesmo) encontrarmos uma revista no campo das Ciências Sociais (em sentido amplo) dedicada a essa *questão*. Vale anotar, sucintamente, que o debate sobre a chamada questão regional brasileira, tão em voga nos anos 1950, começou a ser liquidado nos anos da ditadura político-militar de 1964-1985. Foi colocado no limbo durante a década de 1980 e praticamente apagado da agenda pública quando da hegemonia neoliberal dos últimos anos noventa. Nestes termos, eu diria que é alvissareiro que uma revista, tão qualificada, dedique um número ao debate em tela.

Todavia, antes de avançar, cumpre anotar, mais uma vez de maneira sucinta, que não é para menos que o tema em exame tenha sido objeto de ações governamentais de apagamento ou liquidação durante praticamente quarenta anos. Afinal, discutir a chamada questão regional significava desnudar velhas mazelas da sociedade brasileira, como o são as dos distintos mercados de trabalho e da diferenciada estrutura fundiária do país, considerados em termos macroespaciais, e suas funcionalidades para a reprodução de uma estrutura de poder que reitera no tempo a máquina produtora de perversidade social chamada Brasil; é dizer, de uma estrutura de poder que apenas aparentemente, neste nível mais geral de análise, para além dos microconflitos horizontais, evidencia-se relativamente orgânico-unitária face às maiorias populacionais. Não é para menos, repetindo, que

governos e mais governos tenham se dedicado, até entusiasticamente, a passar a borracha neste tema - que no referido passado levou à realização de inúmeros debates e escritos, e significativas mobilizações sociais em prol de um país mais justo (dimensão espacial inclusa).

Não obstante, apesar da *démarche* precedente, apenas indicada neste editorial, o tema *questão regional* voltou ao debate, quer no âmbito dos governos Lula I e II, e Dilma Rouseff, como também da academia e sociedade. Mais uma vez não era para menos! Explicando: esses governos, como não poderia deixar de ser, posto que herdeiros de tantas lutas e utopias sociais, não tinham como se furtar tanto à chamada questão urbana quanto a aqui nomeada questão regional; e o fez por diversas outras razões, é dizer: seja pela sua dimensão simbólica, seja pela sua notória atualidade (para além das enormes diferenciações socioespaciais existentes entre o *norte* e o *sul* nacionais). No que trata dessa sua atualidade, há duas dimensões a reter: uma diz respeito ao fato de a mesma continuar a expressar dimensões nodais da formação social brasileira (materializadas no funcional discurso, como sugerido antes, *sul* avançado e *norte* atrasado), ao passo que a outra diz respeito ao fato de o ensaio de desconcentração das atividades econômicas de meados dos anos 1970-80 logo ter sido sustado, experimentando-se, a partir de então, no mínimo, importante inflexão desse processo (de inflexão) e avanço monumental da complexidade espacial do Brasil.

Mais detidamente: se antes da primeira década dos anos 2000 o que veio de ser aludido ainda podia sugerir dúvidas, desde então elas desapareceram: a realidade espacial brasileira, notadamente em vista da crise dos anos 1980 e da que se deu no contexto neoliberal dos anos 1990,

de fato tornou-se mais complexa, quer devido às opções das políticas de desmonte do Estado (que foi surrado pelos então donos do poder menos por seus defeitos e sim por suas virtudes) quer devido ao que se poderia denominar, em termos mais amplos, de projeto de desenvolvimento empreendido naquela década – e.g., de aprofundamento da dependência atualizada do país à banca financeira internacional.

Voltando um pouco na análise. Nos anos 2000, especialmente a partir do governo Lula I, apesar dos pesares, houve um dado esforço de re-visitação do binômio planejamento e ação estatal. A presença de pessoas e movimentos sociais comprometidos com históricas lutas da sociedade brasileira, seja no governo seja na sua base de apoio, estimulou a que temas históricos (e também mais recentes) ocupassem determinados lugares (!) institucionais na agenda governamental, como foi o caso da chamada questão regional brasileira, exemplificado pela criação do Ministério da Integração Nacional, assim como para a re-entronização em seu âmbito do binômio supramencionado (Estado e Planejamento) – ainda que com enormes dificuldades, limitações, etc.

O nome do novo ministério é um claro contraponto à realidade espacial brasileira herdada dos anos 1980-90. Vide, como prova provada do que veio de ser exarado, os termos que seguem, todos eles colhidos da literatura dos especialistas da área: fragmentação da nação, desconcentração concentrada, ilhas de excelência, fragmentação político-institucional e socioespacial, etc. Nestes termos, cabe uma adição inevitável: a realidade espacial brasileira, afora suas muitas permanências, também apresentava (apresenta) monumentais inovações (se preferirem, novidades e mais novidades).

Diante desse fato, incontestemente, havia algumas possibilidades de práxis de trato da questão regional brasileira, a saber: a mais conservadora apontava o dedo para o antigo debate dos cientistas sociais brasileiros, em especial dos economistas, Furtado à frente, denominando-os de passadistas, dando-lhes de ombro, decretando a morte do Estado e Planejamento Nacionais, para, finalmente, cair nos braços do localismo à época triunfante (que ignora mercado capitalista, concorrência, escalas intermediárias, etc.) – e muitas vezes ainda, não fora pouco, atribuindo-se valores progressistas ou méritos de única resistência social (sic) possível; uma outra, também conservadora, pela esquerda ou pelo outrora campo progressista, aferrando-se na boa causa e nos bons fundamentos analíticos do passado, assentados em elementos fundadores e lamentavelmente permanentes da história da formação social brasileira, ignorava a realidade espacial mais complexa que a marcha histórica do capitalismo, em suas interações com o mundo capitalista central, produziu no Brasil, particularmente dos anos 1980 em diante. De outra

maneira: temos atualmente uma questão regional muito mais difícil em termos de apreensão analítica e, conseqüentemente, de trato/encaminhamento de proposição ou proposições para efeito do seu devido enfrentamento social – e não será tampando os olhos ao novo ou acreditando em soluções fáceis que se poderá enfrentar para valer a atual diferenciação socioespacial brasileira.

É nestes termos que reputo o trabalho de Tânia Bacelar de Araújo, apresentado no Encontro Nacional da Associação de Planejamento Urbano e Regional de 1997 (Recife/PE – vide os anais do referido Encontro), definitivamente seminal. Nele, a autora defende a necessidade social de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (que também poderia ser denominada de política nacional de desenvolvimento territorializada em âmbito nacional), que, sem perder de vista os grandes delineamentos ou as ideias-forças para efeito do desenvolvimento nacional, também confira às gigantescas potencialidades da *diversidade socioespacial brasileira* (como tenho preferido renomear a diversidade regional do país) papel de destaque.

Ou seja: em primeiro lugar, a autora nem de longe joga todas as suas fichas nas *soluções pelo alto*, conquanto valorize o Estado, o Planejamento e ideias ou ideia-força de desenvolvimento; e em segundo lugar, tampouco se rende ao localismo, embora valorize, até com destaque, as iniciativas locais, porém desde que elas sejam estruturadas de sorte a não se perderem no atomismo, na fragmentação e na efemeridade – como em regra ocorre.

Como se pode perceber desta sucinta reflexão, discutir a chamada Questão Regional Brasileira não é discutir o Nordeste, radicalizando o discurso, mas sim discutir os rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro em sua feição espacial; discutir a Questão Regional Brasileira é discutir os quase atavismos do passado, mas também é discutir os fatos novos, como o são, por exemplo, os diversos negócios espalhados pelo território nacional brasileiro, que, algumas vezes nos remetem para um velho conceito, o dos enclaves... tamanha é a internacionalização da sociedade, da economia e do próprio território do país; discutir a questão regional brasileira contemporânea é discutir as diversas análises mais microrrecortadas ou de escalas analíticas diversas, tamanha é a diferenciação, nos velhos termos macrorregionais, quanto o é, também, em termos intrarregional; discutir a Questão Regional Brasileira é discutir, assim, uma plêiade de temas, de problemas de escalas variadas, etc., porém, todos eles, seguindo à professora Araújo, exigindo uma perspectiva que, sempre que possível, seja articulada com políticas verdadeiramente públicas, governamentais e não-governamentais, que definitivamente afirmem o Brasil mundialmente

enquanto nação, próspera, mais justa socialmente e mais espacialmente equilibrada, o que, é trivial, não será possível pela via exclusiva do mercado e do atomismo localista.

É deste painel temas, possibilidades, escalas analíticas, etc. que o presente número da Revista de Políticas Públicas se ocupa, como se observa em seguida. Isto posto, apenas como possibilidade, sugiro a leitura deste número da maneira que segue.

Há um conjunto de artigos situados, digamos, na perspectiva macroplanejamento do território nacional; eles são os seguintes: *Desenvolvimento e dinâmica regional em Celso Furtado*, de Hermes M. Tavares; *A política nacional de desenvolvimento regional: da "letra da lei" ao sentido do texto*, de Rosângela N. de C. Barbosa; e *Ação, espaço e território: elementos para pensar uma política de ordenamento*, de Jodival M. da Costa.

Há um outro conjunto de artigos, mais ou menos na mesma linha dos anteriores, mas diretamente referenciados a espaços determinados. Eles são os seguintes: *O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão*, de Aurora A. B. de Miranda; *Capacidades estatais regionais: considerações teóricas e metodológicas para sua análise na América Latina*, de Victor Ramiro Fernández e José Ignacio Vigil; *Planejamento nacional, região território no nordeste brasileiro: novas configurações*, de Liduina F. A. da Costa.

Outro conjunto de artigos atém-se mais estritamente a dados temas – problemas presentes em diversos espaços nacionais – conquanto sem necessariamente a eles ater-se (os espaços); como segue: *Agricultura familiar e convívio sustentável numa perspectiva interdisciplinar*, de Cristiane F. dos Santos, Elisabete S. Siqueira, Izabel J.C. de Oliveira, Márcia E. C. Dantas e Zildenice M. G. Maia; *Desenvolvimento do espaço social rural: o projeto de assentamentos do Engenho Corubas e as perspectivas da produção familiar na Mata Sul de Pernambuco*, de Rosiglay C. de Vasconcelos, Maria Magaly C. de M. Alencar e Victoria R. F. Gehlen; *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional*, de Jackeline A. de Andrade e Caroliny W. de Macedo; *Perfil ambiental dos municípios produtores de pó cerífero de carnaúba em 2002, 2008 e 2009*, de Emiliana B. Cerqueira e Jaíra M. A. Gomes; e *Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re)produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas*, de Aluizio L. Leal, Maria E. Rocha de Sá, Nádia S. F. Nascimento e Welson de S. Cardoso.

Há um quarto bloco de artigos, todos imbricados com a questão da participação social para fins da adoção de um planejamento de cunho do tipo participativo, a saber: *Gestión local, interacción Estado-Sociedad y políticas estratégicas en municipios de la región metropolitana de Buenos*

Aires, de Rodrigo Carmona; *Regiões metropolitanas: uma modalidade de gestão desconcentrada e cooperativa*, de Raquel G. Gonçalves e Natália C. Marra; *Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*, de Thiago R. de P. Assis; *Trajectoria social e construções identitárias de morador assentado: a perspectiva dos sujeitos*, de Conceição de M. S. B. Costa; *Controles democráticos, participação e clientelismo: as dificuldades da representação da sociedade civil no Conselho de Assistência Social*, de Ângela V. Neves; *Policiais militares em greve: os significados da ação coletiva*, de Nayra V. de Araújo e Antônia J. de Lima e *Unidunitê, o escolhido foi você! A sociedade civil nos CMAS do Espírito Santo*, de Desirée C. Rabelo, Maria Beatriz L. Herkenhoff, Ana T. R. Ferraz, Natália Nicácio e Lieize A. Alcanta.

Há ainda um quinto bloco de artigos, díspares, mas todos importantes para a presente discussão; eles são os seguintes: *Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil*, de Wilson Cano. Este artigo é crucial na medida em que cimenta as bases para o entendimento da modernização capitalista empreendida desde aquelas décadas, sob a rubrica da categoria Industrialização, sabidamente imbricada com a escala nacional e o Estado, e que vai estar na mira dos donos do poder dos anos 1990 e que, não fora bastante, volta a merecer determinada (sic) atenção governamental a partir da entrada deste novo século; e o *Perfil e a incidência do Terceiro Setor nas Políticas Públicas: a realidade gaúcha em análise*, de Rosa M. C. Fernandes, Ana Lúcia S. Maciel e Michelle B. Clos. Este artigo é trivial, traz à baila mais um ator social - tão em voga - o qual não se pode olvidar e *O Descompasso entre os saberes Canelas e as práticas biomédicas* de autoria de Diego Rodrigo Pereira e Elizabeth Maria Beserra Coelho.

Por fim, recomendo decididamente a leitura da entrevista realizada com o professor Leonardo Guimarães, um dos mais destacados estudiosos da problemática regional brasileira, bem como a leitura da resenha, elaborada pela professora Hipólita Siqueira do IPPUR/UFRJ, sobre o livro do professor Carlos Antônio Brandão, ex-professor Titular da Área de Economia Regional do Instituto de Economia da Unicamp-SP e agora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Boa leitura!

Jorge Luiz Alves Natal

Economista

Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas-SP

Professor Associado IV do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: natal@ippur.ufrj.br